

# *Wahlverwandtschaft:* pós-neoliberalismo e neodesenvolvimento no Brasil<sup>1</sup>

Frederico Da Firmiano

Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG),  
campus de Passos

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar deste artigo, intitulado “Afinidades eletivas: neodesenvolvimento e pós-neoliberalismo na experiência política brasileira”, foi apresentada no VII Seminário Internacional Políticas de la Memoria, realizado pelo *Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti*, entre os dias 7, 8 e 9 de outubro de 2014, em Buenos Aires, Argentina.

***Wahlverwandtschaft*: pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no Brasil**

**Resumo:** Neste artigo pretendemos refletir sobre as afinidades eletivas entre o pós-neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, investigando algumas de suas bases políticas, econômicas e sociais a partir da experiência brasileira recente. A *wahlverwandtschafté* empregada aqui como uma mediação para, em primeiro lugar, identificarmos a convergência ativa entre ambas as ideologias; em segundo lugar, e por decorrência, a fim de analisarmos em que medida elas tendem à ordem social presente, produzindo e reproduzindo contradições insuperáveis.

**Palavras-chave:** 1. Afinidades eletivas; 2. Pós-neoliberalismo; 3. Neodesenvolvimentismo.

***Wahlverwandtschaft*: post-neoliberalism and new-developmentism in Brazil**

**Abstract:** In this article we intend to discuss on the elective affinities between post – neoliberalism and new-developmentism, investigating some of their political bases, economic and social from the recent Brazilian experience. The *Wahlverwandtschaft* is used here as a mediation to firstly, identify the active convergence between the two ideologies; secondly, and consequently, in order to analyze to what level they tend to present social order, producing and reproducing insurmountable contradictions.

**Keywords:** 1. Elective affinities; 2. Post-neoliberalism; 3. New-developmentism.

**E**xistem algumas categorias teóricas que reúnem tamanha força explicativa que criam a ilusão que, por si só, dão conta de explicar realidades muitas distintas, por vezes até conflitantes. Em geral, seu itinerário é longo e bastante complexo; atravessam períodos históricos e sobrevivem a mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais de larguíssima amplitude, como aquelas provocadas pelas revoluções. Também por isso, essas categoriais encerram inúmeros problemas, como aqueles próprios do excesso de generalidade ou da transposição de um campo do conhecimento para outro. O conceito de afinidade eletiva é uma dessas categoriais.

Nascida, provavelmente, na alquimia medieval para explicar a atração e fusão entre os corpos, com Johann Wolfgang Von Goethe, a categoria revelou a ligação íntima entre duas almas, que se atraem irremediavelmente, ainda que isto signifique a ruptura de suas relações anteriores. Com Goethe, a noção de afinidades eletivas ganhou, inclusive, o direito de citação na cultura alemã “como a designação de um tipo de ligação particular entre as almas” (LÖWY, 2011, p. 131).

Não foi à toa que Walter Benjamin, na primeira metade do século XX, despertou enorme interesse pelo romance. Para o filósofo judeu, a grandeza da obra reside no fracasso da tentativa de Goethe em forjar uma imagem paradigmática do casamento e de seu potencial, digamos, civilizador. Ou, muito além disso, “na luta interna à própria escrita da obra, entre uma vontade de construção de um modelo clássico de harmonia e, mesmo que entre as linhas, a confissão, simultaneamente corajosa e desolada, de sua impossibilidade” (IBID., p.142). Nem por isso a categoria ganhou *status* de conceito sociológico. Esta elevação de patamar, por assim dizer, foi algo que só ocorreu por intermédio de outro clássico alemão. Max Weber.

Com Weber (2004), a noção assumiu uma posição rigorosa no sistema categorial sociológico, apresentando os elementos da seleção, da escolha ativa,

da atração recíproca: precisamente quando duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas, econômicas – se procuram e se apoderam uma da outra. Nunca é demais lembrar que, para o economista alemão – era assim que ele preferia se definir profissionalmente –, as diversas esferas da existência humana – econômica, política, jurídica, artística, religiosa – possuem certa autonomia entre si, articulando-se umas com as outras segundo sua legalidade própria, ou sua lógica interna específica. Desse modo, não se pode encontrar a explicação do desenvolvimento de uma delas em termos do desenvolvimento de qualquer outra, mas buscar suas afinidades e tensões no modo como a orientação da conduta da vida se dá em diferentes esferas (cf. COHN, 1999).

A *Wahlverwandtschaft* weberiana informa o processo pelo qual duas formas culturais entram em relação de atração e influência recíproca, convergindo ativamente, favorecidas por certas condições históricas – no sentido de que certos fatores sociais, culturais, políticos, econômicos se desenrolam como um processo de atração seletiva. Assim é que a categoria de afinidade contribui, entre outros, para revelar a relação íntima entre duas formas culturais distintas, anteriormente separadas, e que, a partir de dado momento, sob certas circunstâncias históricas, passam a colaborar ativamente uma com a outra.

\*\*\*

Neste artigo busco refletir sobre as afinidades eletivas entre o pós-neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, investigando algumas de suas bases políticas, econômicas e sociais a partir da experiência brasileira recente. Não pretendo, aqui, examinar exaustivamente a literatura a respeito de ambas as “formas culturais”, como chamaria Max Weber. Limitar-me-ei a trazer ao texto as referências necessárias para apoiar os principais argumentos aqui desenvolvidos. No caso específico do pós-neoliberalismo, tomo como referência a produção recente de Emir Sader, principal formulador desta ideologia no Brasil e na América Latina.

A chegada do Partido dos Trabalhadores ao mais alto posto de comando do Estado, em 2003, consagrou, pois, o movimento histórico de atração e influência recíproca entre as ideias pós-neoliberais, gestadas no país na primeira

metade da década de 1990 e o neodesenvolvimentismo, o programa econômico posto em marcha pelo partido, principalmente a partir de 2005. Embora ambos, o pós-neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo, tenham desenvolvimentos distintos e autônomos, possuem como denominador comum um campo semântico, político, e social, produzido pelas condições de acumulação capitalista movidas pela assim chamada financeirização da economia e pela reestruturação produtiva que, por seu turno, inauguraram uma espécie de renúncia definitiva da possibilidade de enfrentamento dos constrangimentos estruturais, econômicos, políticos, sociais e culturais, que atravessam a história brasileira.

Apesar de recorrer a *wahlverwandtschaft* weberiana, não a tomo como princípio metodológico com todas as suas conseqüências. Não adoto a concepção do economista alemão sobre o sentido da História e do Progresso em seu interior. Tampouco a ideia da existência de um campo infinito de possibilidades que explicam a produção e reprodução dos fenômenos sociais. A *wahlverwandtschaft* weberiana é empregada aqui como uma mediação para, em primeiro lugar, identificarmos a convergência ativa entre ambas as ideologias citadas anteriormente; em segundo lugar, e por decorrência, a fim de analisarmos em que medida elas tendem à ordem social presente, produzindo e reproduzindo contradições insuperáveis. Ainda será preciso investigar de modo mais exaustivo o desenvolvimento de uma e de outra forma ideológica, bem como de suas afinidades eletivas.

### *Die Wahlverwandtschaft: uma construção histórica à brasileira.*

A derrota do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1989 para Collor de Mello selou um período de transição, da ditadura civil-militar para a democracia, marcado pela ofensiva do capital. Num quadro de recessão econômica – que vai, pelo menos, do choque do petróleo de 1979 ao Plano Real, de 1994, passando pela moratória de 1987 – o Brasil ingressou, decididamente, na fase de decadência histórica do capital, caracterizada por sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009). Para se ter ideia, no período que compreende 1970 a 1990, o Brasil pagou U\$140 bilhões a título de juros e U\$180 bilhões em amortizações

aos credores externos, tornando-se “o retrato de uma economia periférica já industrializada, vitimada pela marcha acelerada da financeirização do capitalismo em nível mundial” (PAULANI, 2013, p.242).

A dupla articulação financeira que, pelo menos desde o final da ditadura estrangulava a economia brasileira, a saber, a crise da dívida e a alta inflação, foi “resolvida” pela submissão incondicional do país às exigências dos credores financeiros. “O desdobramento desse processo vai colocar o país como uma permanente fonte de oferta de ganhos financeiros ao capital cigano que gira o mundo buscando as aplicações mais lucrativas” (IBID., p.243). No espírito do Consenso de Washington, os governos democráticos pós-ditadura civil-militar operaram os ajustes estruturais que o Brasil necessitava realizar para caminhar *vis-à-vis* com os países do centro do capitalismo mundial. Assim foi que o receituário neoliberal aqui aplicado desde então promoveu o novo padrão de desenvolvimento para o qual a própria ditadura civil-militar já nos preparava.

O Plano Collor, lançado em março de 1990, produziu importantes mudanças econômicas, tais como: desindexação entre preços e salários, reestruturação dos mercados cambiais, liberando a circulação do dólar para operações de exportação, importação e transações financeiras; eliminação dos mecanismos de controle das importações e redução tarifária; privatizações de empresas estatais; enxugamento do Estado por meio de reforma administrativa e, com esta, a demissão de servidores públicos federais, entre outras. (GENNARI, 2001, p.37).

Mas antes mesmo de Collor, José Sarney, entre 1988 e 1989, já havia abolido a maior parte dos regimes especiais de importação, unificando os distintos tributos que incidiam sobre as compras externas. Com isso, a variação do grau de proteção tarifária da indústria local foi reduzida, passando de 51,3% para 37,4%. Em 1990, a nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias herdadas do período de substituição de importação, processo que se completou em 1994. Mas a estrutura de proteção tarifária da indústria local continuou sendo desmantelada. Até 1995 foi impactada pelo programa de estabilização de preços, por compromissos assumidos pelo Brasil junto ao Mercosul; por desequilíbrios na balança comercial, entre outros. (MOREIRA; COSTA *apud* GENNARI, 2001, p.37-38).

A liberalização da economia brasileira, porém, ganhou ainda mais fôlego no governo FHC, quando a abertura comercial e financeira produziu um aumento do passivo externo da ordem de US\$ 450 bilhões. O intenso volume de investimentos externos recebido naquela década concentrou-se em aquisições de empresas públicas e privadas nacionais, principalmente, no setor de serviços (energia elétrica e telecomunicações). E os investimentos diretos, além de elevar as remessas de lucros para o exterior, geraram também aumento expressivo das importações, que contribuíram para os sucessivos déficits na balança comercial (GENNARI, 2001, p.38).

Este processo impactou de modo avassalador a estrutura industrial brasileira que, desde os anos de 1980, sentia os primeiros impulsos do que se convencionou chamar de reestruturação produtiva, quando o capital adotou novos padrões tecnológicos e de organização do trabalho, inspirados pelo toyotismo. Assim, *vis-à-vis* a financeirização da economia e ao movimento crescente de centralização do capital – tendências globais em curso desde, pelo menos, a década de 1970 –, consolidaram-se os expedientes da “acumulação flexível”, com a descentralização produtiva, transferência de plantas industriais; acentuação da superexploração, combinando enxugamento de força de trabalho, modificações sócio-técnicas no processo produtivo e controle social do trabalho (ANTUNES, 2011, p.141).

No seio do processo de globalização, e segundo as possibilidades que o sistema do capital abria, os governos da década de 1990 no Brasil ratificaram a condição subdesenvolvida do País, aprofundando a dependência por meio do desmonte do tripé desenvolvimentista formado por Estado/capital nacional/capital estrangeiro, que havia sustentado a expansão capitalista, ou o “desenvolvimento econômico”, ao longo das décadas anteriores. Sob a hegemonia do capital financeiro, a nova estrutura global do capital acentuou as assimetrias históricas entre o centro e a periferia do sistema, reservado aos países que possuíam alguma capacidade produtiva uma posição intermediária entre as grandes potências industrializadas e os países condenados à servidão pela mundialização do capital. Este processo marcou a inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho – sua integração para fora, como chamaria Florestan Fernandes (2009). E, em face das condições da acumulação capitalista global, o país “aproveitou” a posição (subalterna) que a

industrialização prévia (completada à força pela ditadura civil-militar) lhe oferecia, induzida pelo “ciclo neoliberal”, mas sem a possibilidade de romper a dependência econômica que, progressivamente converteu-se em servidão financeira. (OLIVEIRA, 2003; PAULANI, 2008).

Um dos efeitos mais visíveis da reestruturação produtiva do capital nos anos de 1990 foi a ampliação substancial do contingente de trabalhadores precarizados, terceirizados, subempregados, sub-proletarizados, aumentando as formas desregulamentadas de trabalho. Segundo Ricardo Antunes, em 1980 havia mais de 200 mil metalúrgicos no ABC paulista, principal pólo industrial do país; em 2008, esse contingente era menor que 100 mil trabalhadores. Em Campinas, interior de São Paulo, em 1989, havia 70 mil metalúrgicos e, em 2008, cerca de 40 mil trabalhadores do setor. No mesmo período, a categoria dos bancários foi reduzida pela metade, para pouco menos de 400 mil trabalhadores. E a indústria de transformação que, na década de 1970, chegou a representar 20% do total de empregos no País, em 1990, ocupada apenas 13% do total de postos de trabalho. Em 10 anos (1992-2002), a taxa de desemprego subiu de 9,4% para 13,8%. E entre 1992 e 2003, o total de desempregados pertencentes às famílias de baixa renda passou de 2,7 milhões para 4,8 milhões de trabalhadores. (ANTUNES, 2011, p.122).

Se, no plano político, a luta pelo fim da ditadura militar e pela redemocratização na década de 1980 produziu uma espécie de plano de direitos que se cristalizou na Constituição Federal de 1988, a aceitação tácita, pelo país, das novas condições globais da acumulação – marcadas pela financeirização e reforçadas, politicamente, pelo fim do “socialismo realmente existente” e pela ideologia do “fim da história” – abateu qualquer possibilidade de constituição de uma sociedade democrática baseada no bem estar social. Ao menos dentro da ordem do capital. Com isso, as conquistas, ainda que questionáveis, que a classe trabalhadora havia obtido ao longo da década de 1980 viraram fumaça, concomitante ao ingresso do país na globalização do capital. Isto no que se refere a sua organização política, pois as principais organizações que nasceram naquele processo, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foram sendo progressivamente arrasados pela reestruturação produtiva e pelo desemprego estrutural e por suas opções políticas nem sempre orientadas



por seus objetivos iniciais; mas, também, no que diz respeito aos próprios direitos sociais conquistados, sistematicamente negados ou até mesmo revertidos.

Foi assim que o combate às políticas neoliberais – materializadas sob a forma de privatizações, desnacionalização do patrimônio público, transferência do controle dos setores-chave e dinâmicos da economia para o capital transnacional, ataque frontal contra os direitos conquistados pela classe trabalhadora, expansão do trabalho informal, aumento substancial do desemprego, entre outros – ganhou terreno no seio do movimento popular e social. Não raro, convertendo-se no “inimigo a ser enfrentado” e, em muitos casos, unificando distintas frações das forças do trabalho em torno de determinadas bandeiras de luta contra as privatizações das empresas públicas, contra a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pela auditoria cidadã da dívida pública, entre tantas outras.

Pelo menos desde o levante zapatista no México, em janeiro de 1994, a América Latina, que no seu conjunto experimentava toda ofensiva do capital, ou as contrarreformas neoliberais, tornou-se um importante foco de resistência contra as manifestações da crise estrutural do capital. Ao longo daquela década ascenderam importantes governos à esquerda do espectro político no continente; alguns, apontando até mesmo para “novas formas de socialismo”, uma espécie de “Socialismo do Século XXI”, distinto das experiências (derrotadas) do leste europeu, como nos casos de Venezuela, Bolívia e Equador. Não demorou até que fossem gestadas as primeiras ideias do assim chamado pós-neoliberalismo.

Ainda em setembro de 1994, antes mesmo das políticas neoliberais se realizarem em sua plenitude no Brasil, foi organizado um seminário na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, intitulado “Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático” que, no ano seguinte, cedeu título ao compilado de intervenções realizadas, entre outros, por intelectuais de fôlego, como Perry Anderson, Pierre Salama, Göran Therborn, Atilio Borón, entre outros, organizado por Pablo Gentili e Emir Sader. Mais tarde, Sader e Gentili publicaram um segundo volume, *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia*. Os seminários – e os sucessivos debates que fomentaram desde então – passaram a interrogar a hegemonia do neoliberalismo, contrapondo-a

com uma alternativa “pós-neoliberal”. Ainda pouco qualificada teórica e politicamente, a alternativa pós-neoliberal apontava para a necessidade premente da reversão política do neoliberalismo e da restauração da capacidade de regulação do Estado (cf. SADER; GENTILI, 1995, 1999).

Anos mais tarde, Emir Sader sintetizou a interrogação que, de certa forma, moveu sua reflexão sobre o pós-neoliberalismo: “como construir uma hegemonia pós-neoliberal em meio a uma hegemonia neoliberal tão predominante no mundo? Como agir diante do legado devastador deixado pelos governos neoliberais?” (SADER, 2013, p.7). Seu desafio teórico era, pois, oferecer uma alternativa ao furacão neoliberal.

Diante do quadro social imposto pelas políticas neoliberais no Brasil, o horizonte teórico do pós-neoliberalismo parecia tender para a necessidade da superação da ordem. Mas este rápido suspiro logo passou, à medida que se tornou evidente que a ordem do capital não se restringia ao ajuste político promovido pelo neoliberalismo. De acordo com Emir Sader, no entanto, o período de hegemonia do neoliberalismo teria provocado duas incompreensões fundamentais. A primeira, decorrente da interpretação de que se tratava do estágio final do capitalismo, levando muitos ao equívoco de pensar que a transição só poderia se dar para o socialismo. A segunda, vinda da concepção do “fim da história”, que aponta para a impossibilidade de qualquer construção política fora dos limites da ordem capitalista neoliberal. Para o autor, essas incompreensões precisavam dar lugar a uma análise das condições concretas da realidade brasileira e latino-americana. A seu ver, o neoliberalismo teria encontrado seu limite sem que tivesse surgido no horizonte histórico um projeto alternativo que o substituísse em escala global, de modo que, a alternativa possível estava, apenas, no pós-neoliberalismo. (IBID., p.136-137).

Para ele, uma das principais consequências do neoliberalismo foi a impossibilidade de imprimir um ciclo de crescimento econômico de longa duração. A causa disso estaria na emergência e hegemonia do capital financeiro. A proposta pós-neoliberal deveria, então, começar por um antineoliberalismo, uma oposição à desregulamentação, à financeirização, ao enfraquecimento das relações de trabalho e ao livre comércio. (ID., 2009, p.174). No entanto, Sader não considerou o fato de que a oposição à desregulamentação, à financeirização, etc., só pode realizar-se como parte de um projeto de transformações estruturais

de amplo espectro, uma vez que o neoliberalismo é a forma política própria do desenvolvimento capitalista desde, pelo menos, os choques do petróleo e do dólar, na década de 1970 (cf. MÉSZÁROS, 2009).

Como não poderia deixar de ser, as ideias pós-neoliberais foram encontrando interlocução nas propostas políticas que tendiam mais a tentativa de “humanização do capitalismo” e “alívio social” que a sua negação. Não tardou para que, nesse espírito, construísse as primeiras afinidades com o programa político, econômico e social do Partido dos Trabalhadores (PT). Desenrolou-se aí o encontro entre duas almas; no interior deste processo, as ideias pós-neoliberais e o programa político do PT criaram uma relação de atração profunda, influenciando-se reciprocamente.

O abandono gradativo de seus núcleos de base, que lhe davam vida e o ligavam organicamente ao cotidiano da classe trabalhadora e a conversão em máquina eleitoral – movida pelas conquistas de prefeituras, governos de estado e cargos eletivos, em âmbito municipal, estadual e federal –, para citar dois exemplos, levaram o Partido dos Trabalhadores ao transformismo, ao mesmo tempo em que a proposta do pós-neoliberalismo encontrava mais respaldo nas formas políticas da ordem que nos projetos ou propostas das esquerdas brasileiras. A “Carta ao povo brasileiro” lida por Lula da Silva em 22 de junho de 2002, durante um encontro sobre o programa de governo de seu partido, antes da consagração eleitoral, só veio ratificar os compromissos que o PT assumira com certas frações da burguesia e com os pilares fundamentais da política macroeconômica neoliberal praticada até então pelo seu antecessor. Mesmo assim, houve entre ambas as formas políticas uma atração fatal. Sob as condições impostas pela crise estrutural do capital, as ideias pós-neoliberais e o programa político-econômico do PT convergiram romântica e ativamente.

### Pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo: a ordem (é) do capital.

O desenvolvimento histórico das ideias pós-neoliberais ganhou impulso no Brasil a partir da primeira eleição de Lula da Silva, ainda em 2003. E quando o

PT realizava sua tendência à aceitação da ordem. Naquele momento, escreveu o professor Emir Sader:

2003 promete ser o ano mais importante para o continente latino-americano desde 1973. Naquele ano se consolidou a virada para a direita na sub-região do Cone Sul, com o fracasso das últimas tentativas de solução da esquerda para a crise hegemônica no continente. Com a militarização do Uruguai e o golpe no Chile, triunfava a proposta “brasileira” de ditaduras militares, conforme a doutrina de segurança nacional. (...) O significado deste ano que está começando [2003] vem de que: se desenhará o significado do governo de Lula, o primeiro que assume como objetivo a saída do neoliberalismo (Sader, 2003).

Logo que assumiu, ainda nos primeiros meses do que seria seu primeiro mandato, Lula da Silva realizou a contrarreforma da previdência, alterando o funcionamento do sistema previdenciário dos servidores públicos, que passou de um regime de “repartição simples” para um regime de “capitalização”, tal como o sistema privado de previdência vinha operando, desde o governo de seu antecessor. Com esta medida, seu governo deu o estímulo que faltava para alavancar os fundos complementares de previdência, criando de uma vez por todas o mercado de previdência complementar no país.<sup>2</sup> Em seguida, editou a Lei de falências, promovendo a autonomia do Banco Central que, conforme escreveu Leda Paulani, completou o quadro para que o país ingressasse no

---

<sup>2</sup> Diferentemente do regime previdenciário por “repartição”, onde o trabalhador empregado é quem paga a “renda” de quem já se aposentou e, por isso, se apoia no emprego, na renda e no capital produtivo, o regime por “capitalização” é “rentista”, quer dizer, se apoia em juros reais elevados e ativos fixos, preferencialmente papéis públicos e seus gestores devem garantir o retorno individual das contribuições nos valores contratados. “A abertura desse novo e suculento espaço de valorização foi, portanto, o primeiro dos grandes tentos (à direita, sempre) marcados pelo novo governo com a aprovação da reforma. Além disso, com a elevação das contribuições, da idade e do tempo de trabalho para a obtenção do benefício, bem como com a taxação dos inativos, o governo contou pontos também no intocável objetivo do ‘ajuste fiscal’. Pôde, ainda, por meio de um bem pensado programa de defesa publicitária dessa iniciativa, colocar os funcionários públicos como os grandes vilões do descalabro social do país e vender a ideia de que o intuito da reforma era simplesmente o de fazer ‘justiça social’. E, *last but not least*, um sistema previdenciário com predomínio do regime de repartição e sob o monopólio do Estado era algo que não combinava em nada com um país que buscava, desde o início da década de 1990, afirmar-se como uma das plataformas mundiais da valorização financeira. A reforma patrocinada pelo PT veio contribuir de forma decisiva para o alcance desse objetivo” (PAULANI, 2008, p.44).

circuito internacional da valorização financeira. (PAULANI, 2008, p.43-46). Com isso, o governo “pós-neoliberal” de Lula da Silva articulou o ciclo do financiamento externo da acumulação capitalista, já que a mundialização do capital, como explicou Francisco de Oliveira, tornou as fontes internas ineficientes: a revolução “molecular-digital” passou a exigir uma acumulação científico-tecnológica anterior que colocava países subdesenvolvidos como o Brasil sempre atrás dos países detentores das patentes, exigindo investimentos sempre além da sua capacidade interna, reiterando, com isso, a dependência financeira externa. (OLIVEIRA, 2003, p.139).

A penalização direta do trabalho foi, pois, uma consequência imediata do aprofundamento da financeirização da economia, já que os lucros financeiros significam transferência de renda para este sistema, aumentando os custos financeiros das empresas. Este movimento interno do capital também levou à retração das atividades produtivas do setor industrial e/ou ao aumento da taxa de exploração da força de trabalho sob seu controle direto (OLIVEIRA; RIZEK, 2007, p.276). Mas não foi somente isto.

As contrarreformas realizadas, inicialmente, pelo governo Lula foram acompanhadas pelo aprofundamento da política de geração de superávit primário – “saída” encontrada por Fernando Henrique Cardoso em face das novas condições de reprodução do capital, desde 1999, quando seu governo enfrentou um grande desequilíbrio das contas externas do país, perante a crise de liquidez de então. A alta demanda internacional por determinadas *commodities* que o Brasil podia fornecer, estimulada especialmente pelo crescimento vertiginoso da China, criou uma “confluência virtuosa”. Os governos do PT emplacaram um programa de crescimento econômico, depois de quase três décadas de estagnação. Não sem estimular fortemente a exportação, concentrando-a nos ramos do agronegócio, da mineração e dos recursos naturais e nos produtos de baixa densidade tecnológica, sob o lema de um “novo-desenvolvimentismo” ou neodesenvolvimentismo.

Um parêntesis. Nos anos 2000 ascendeu rapidamente um conjunto de concepções teóricas acerca do surgimento prático, ou da necessidade, de um neodesenvolvimentismo. A partir de distintos enfoques e matizes teóricas, seus formuladores se articularam em torno de alguns pontos comuns, entre os quais, a necessidade de uma maior intervenção estatal na economia como mecanismo

de busca pelo crescimento e redução das desigualdades sociais, em desfavor do que era o neoliberalismo. Para Stiglitz (2010) esta intervenção estatal devia se dar no sentido do fortalecimento dos mercados. Mas como salientou Claudio Katz (2014), esta posição teórica esteve longe de se identificar com o velho keynesianismo e com uma possível retomada do Estado de bem estar social, vinculando-se a uma concepção segundo a qual o problema de fundo era a tentativa de superação da dicotomia entre Estado e mercado e a busca por um equilíbrio entre ambos. O Estado, conforme destacou Sunkel (2007) não poderia constituir-seem obstáculo a livre iniciativa, ou ao investimento privado, mas apenas em seu incentivador, apropriando-se, isto sim, da eficiência do gerenciamento privado na gestão pública.

Em 2005, Bresser-Peireira compareceu ao debate sobre o neodesenvolvimentismo na obra organizada, entre outros, por João Sicsü (2005) no Brasil, defendendo um pacto desenvolvimentista, capaz de associar trabalhadores, classes médias e “empresariado progressista” em favor da reversão do “projeto neoliberal” que, segundo o economista, marcou a década de 1990 no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2005). Ainda segundo ele, em artigo escrito anos mais tarde, a política econômica teria uma função de instrumento de promoção do crescimento e sua prioridade deveria ser a delimitação dos déficits fiscais, garantindo a competitividade e o cuidado com a sobrevalorização cambial – fundamental para os países cuja economia se apoia na exportação de matérias-primas, como o Brasil, que precisam do capital externo. O economista brasileiro também apontou para a necessidade da busca pela industrialização e da inovação tecnológica, no sentido de os países subdesenvolvidos alcançarem os países centrais na corrida promovida pela Terceira Revolução Industrial, ou molecular-digital, liberando-se da dependência tecnológica. Ademais, esta estratégia também poderia ser geradora de empregos mais qualificados que aqueles produzidos pelo setor agroexportador (ID., 2010).

Neste clima intelectual, Sader (2013) afirmava, depois de quase três mandatos, que os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff estavam “recompondo relativamente o Estado, com aumento do emprego formal, melhoria dos salários dos trabalhadores e maior capacidade de investimento estatal”. (SADER, 2008, p.44). Assim, a edificação do pós-neoliberalismo vinha se

dando por meio da priorização de políticas sociais e segundo a reinserção internacional do Brasil. (ID., 2013, p.141).

De fato, ao longo de sua gestão, os governos do PT promoveram também o incremento do consumo popular e a expansão do mercado interno, com aumento do salário mínimo, do crédito consignado e crescimento do emprego: foram cerca de 21 milhões de novos empregos criados no país em cerca de 10 anos, entre os trabalhadores ocupados com rendimentos de até 1,5 salário mínimo. Estes ocuparam 59% de todos os postos de trabalho do país, ao longo dos anos 2000. No mesmo período, as demais faixas de remuneração reduziram sua posição relativa na estrutura de emprego do país. Dos 21 milhões de emprego criados sob o padrão de desenvolvimento econômico brasileiro administrado pelo PT, 94,8% foram com rendimentos de até 1,5 salário mínimo mensal. A grande expansão das ocupações de salário de base pertence, pois, ao setor terciário, a construção civil e a indústria extrativa, com amplo destaque para o primeiro: “dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente [pelo setor de serviços], em média 2 milhões encontram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal” (POCHMANN, 2012, p.27).

Pelo turno da política social, a partir de 2005 os investimentos em educação também cresceram, com a ampliação do acesso ao ensino superior promovido pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), ampliação substancial do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), de 2013 em diante. Além disso, também houve concessão de direitos para as chamadas “minorias”, com os avanços representados pela Lei Maria da Penha, direitos ampliados aos negros, aos indígenas, aos homossexuais, entre outros (PINASSI, 2011). Mas esta se deu, simultaneamente, ao desmonte representado, entre outros, pela contrarreforma da previdência; pelo ataque contra os direitos trabalhistas, como a Lei 11.718, que criou o contrato de trabalho por pequeno prazo para o trabalhador rural; contra os benefícios sociais, como pensão por morte, auxílio-doença, abono salarial e seguro defeso.

Mesmo assim, o incremento do crescimento econômico e das políticas de “alívio” social deram “um lastro mínimo de realidade à fantasiosa falácia de que, finalmente, o Brasil estaria vivendo um ciclo de desenvolvimento” (SAMPAIO JR., 2012, p.679). Como afirmou Plínio de Arruda Sampaio Jr à respeito dos neodesenvolvimentistas, os pós-neoliberais, como Emir Sader, acreditaram

estar em curso uma espécie de “terceira via” que, na realidade, conciliava o compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional e comprometimento com o crescimento econômico, políticas sociais (vale dizer, focalizadas) e o papel regulador do Estado. Sem, no entanto, colocar em questão “a dupla articulação – dependência externa e segregação social – responsável pela continuidade do capitalismo selvagem” (IBID., p.680). E desconsiderando por completo, em uma operação de falseamento da realidade – que o Sader chama de “análise concreta da realidade” –, “o impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira”, sem sequer questionar o antagonismo existente entre estabilidade da moeda, disciplina monetária, busca incessante de competitividade internacional, liberalização da econômica com igualdade social e soberania nacional. (IBID., p.680).

Com isso, pode-se consubstanciar a afinidade eletiva entre o neodesenvolvimentismo e o pós-neoliberalismo: pela falta de resiliência perante os problemas estruturais da formação social brasileira, pela sua aceitação, pela apologia da ordem. Seu diferencial, conforme salientou Plínio de Arruda Sampaio Jr. à respeito do neodesenvolvimentismo “se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem do capital sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social” (IBID., p.680).

### O círculo (nem tanto) virtuoso do neodesenvolvimentismo.

Uma das proezas do neodesenvolvimentismo no Brasil, como projeto econômico posto em marcha pelos governos “pós-neoliberais” do PT, foi conseguir rebaixar aquilo que, dentro de todas as suas limitações, o velho desenvolvimentismo possuía de mais rigoroso. O desenvolvimentismo,<sup>3</sup> em teoria, buscou superar as consequências da deterioração dos termos de troca entre os países do centro e da periferia e a heterogeneidade estrutural interna das formações latino-americanas, em geral, baseadas em economias agroexportadoras, apostando na industrialização como via de salvação. A crítica

---

<sup>3</sup> Para uma discussão sobre o desenvolvimentismo latino-americano Ver Sampaio Jr. (1999).



ao latifúndio e ao estancamento da atividade primária, que ocupou lugar privilegiado em várias de suas expressões teóricas e políticas, cedeu espaço, no neodesenvolvimentismo, a coalização entre as distintas frações da burguesia em busca do crescimento econômico e da projeção nacional na nova divisão internacional do trabalho, marcada pela acentuada diferenciação entre os países do centro e da periferia. Como afirmou Cláudio Katz (2014), os antigos adversários das oligarquias exportadoras passaram a ser chamados a formar com elas um bloco comum. Entre os velhos latifundiários, hoje capitalizados, e a burguesia apátrida transnacional criou-se, enfim, uma nova solidariedade, uma solidariedade orgânica, sob a mediação do neodesenvolvimentismo – e, porque não dizer, sob a ideologia do pós-neoliberalismo.

Conforme sugeri em outro trabalho (cf. FIRMIANO, 2014), a industrialização da década de 1970, ao modernizar o campo, incorporar o chamado “pacote tecnológico da revolução verde”, preservar a estrutura fundiária altamente concentrada, criou as bases produtivas para a realização do atual padrão de reprodução de capital baseado na especialização produtiva, como chamou Osorio (2012), que hoje confere lastro àquilo que os economistas da “terceira via” chamam de neodesenvolvimentismo e àquilo que os ideólogos do pós-neoliberalismo veem como “a reinserção internacional” do Brasil.

O problema é que, o desenvolvimento interno – ou a industrialização – que levou o Brasil ao atual padrão de especialização produtiva garantiu tão somente uma posição como grande exportador de *commodities* agropecuárias ou de produtos com baixo valor agregado ou baixa densidade tecnológica na nova divisão internacional do trabalho. Processo este que, irônica e contraditoriamente, passou a pressionar a desindustrialização recente do País (no exato sentido da perda da participação da indústria no PIB com perda dos setores de ponta, que incorporam alta tecnologia e agregam valor à produção), empurrado para um processo de reversão neocolonial (SAMPAIO JR, 2012; cf. FIRMIANO, 2014).

Desde o final da década de 1990, o BNDES é responsável pela formatação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento que, em 2000, redundou na formação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A tão saudada promoção da integração Sul-Sul pelos pós-neoliberais como Sader (2008; 2013), significou, na verdade, a estruturação de

corredores de exportação e expansão de base territorial do capital, sob um padrão de especialização produtiva que conta com investimentos de empresas brasileiras atuando nos países vizinhos como exploradoras de recursos naturais e humanos – algo que Rui Mauro Marini chamaria de subimperialismo (MARINI, 1977). Desde então, o Estado brasileiro – por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – opera como linha auxiliar de grandes grupos de capital transnacional, ora compondo organicamente seu capital, ora financiando operações de fusões, incorporações, aquisições, entre outras (FIRMIANO, 2014, p.118).

Aliás, entre os anos de 2003 e 2009, 60% dos recursos do Bndes foram investidos na indústria intensiva em natureza; desta, os setores intensivos em natureza extrativista receberam 27% do desembolso do Banco para este ramo, contra apenas 2% dos setores intensivos em trabalho. “O caráter intensivo em natureza destes investimentos revela de modo contundente a conivência do Banco e do governo brasileiro diante da ‘canibalização’ dos territórios, rurais e urbanos” (TAUTZ, SISTON *et al*, 2010, p.281).

Essa condição de plataforma de valorização do capital cigano e grande exportador de *commodities* para o mercado mundial condiciona o desenvolvimento econômico e social brasileiros em permitir nenhum salto para além da dependência, de modo que, não se constituem quaisquer bases para um “desenvolvimento endógeno”, ou um desenvolvimento autônomo com relação ao capital transnacional ao qual reiteradamente o país depende. Ao contrário, “o desenvolvimento econômico baseado na especialização produtiva tende, assim, a impor um padrão de acumulação/valorização de capital marcadamente predatório ou destrutivo”, baseado em atividades produtivas como o agronegócio, a mineração, a construção civil e a indústria de baixa densidade que reforçam o ciclo vicioso da degradação/esgotamento do meio ambiente/recursos naturais e do emprego precário, rotativo, da degradação/precarização estrutural do trabalho (FIRMIANO, 2014, p.114).

Por isso, a ampliação do trabalho não se dá mais sob o padrão da reprodução do capital industrial, que fomentava aquilo Mészáros (2009) chamaria de momento de ascensão do capital. Hoje, o setor terciário é quem puxa a expansão do emprego, não raro, de baixa qualificação e de baixa remuneração. Não é à toa que a maioria esmagadora dos postos de trabalho

gerados pelo novo desenvolvimentismo estão concentrados na base da pirâmide social, puxada, principalmente, pelo setor de serviços e pela construção civil, além de atividades de extração de minério e indústria de baixa densidade tecnológica.

De acordo com Graça Druck, experimentamos hoje uma espécie de nova precarização estrutural do trabalho, com caráter abrangente, generalizado e central, atingindo as regiões mais desenvolvidas do Brasil, os setores mais dinâmicos e modernos, como as indústrias de ponta e os trabalhadores mais qualificados. Além, é claro, das regiões, setores econômico e faixa de trabalhadores tradicionalmente afetados pelo processo de desenvolvimento desigual e combinado. “Enfim, essa precarização se estabelece e se institucionaliza como um processo social que instabiliza e cria uma permanente insegurança e volatilidade no trabalho (...) para todos os que vivem do trabalho” (DRUCK, 2013, p.61).

### O fracasso do "pós-neoliberalismo": à guisa de conclusão.

O Brasil do Lula foi a imagem mais difundida do país em muito tempo. Depois de estar apagado na mídia internacional por um bom tempo, de repente, para surpresa geral, no meio da era neoliberal, o país mais desigual do mundo passou a ser a referência na luta contra a fome e o modelo de sucesso no combate à desigualdade. É uma imagem que incomoda muito. Antes de tudo, às hostes neoliberais, cujos princípios são negados abertamente pelo Brasil, que faz residir nessa negação exatamente o seu sucesso. E incomoda aos setores da ultrasquerda, que já tinham cantado a “traição” do Lula e do PT, no começo do governo e tiveram que engolir a seco o sucesso popular interno e internacional do Brasil (Sader, 2014, s/p).

Para Emir Sader vivemos hoje uma espécie de abismo entre o esgotamento do capitalismo, em sua fase neoliberal, as condições subjetivas para a geração de possibilidades para irmos além da ordem. (ID., 2009, p.176). A construção do pós-neoliberalismo seria, assim, uma solução híbrida, que faz a esfera pública avançar sobre a esfera mercantil já que, segundo o autor, o socialismo não está na ordem do dia. (ID., 2008, p.330). A fase atual – pós-neoliberal – é, para ele, uma fase de transição para projetos que se proponham a construção de

sociedades justas, soberanas e solidárias. (ID., 2013, p.141). A ausência de “condições concretas” para o socialismo justifica, pois, na melhor tradição política da conciliação, sua aceitação da ordem. É assim que o pós-neoliberalismo fracassa perante a tarefa que se impõe de elaborar a superação do neoliberalismo: precisamente ao colaborar ativamente com a atual ordem do capital, consolidando, enfim, sua *wahlverwandtschaft* com o assim chamado neodesenvolvimentismo.

Ora, o desempenho atual da economia brasileira se converteu no principal obstáculo ao esforço da economia política e de quaisquer ideologias que a afirmem em defender o atual neodesenvolvimentismo. Isto porque, no último trimestre de 2014, a economia recuou 0,6% em comparação com os três primeiros meses do mesmo ano; e 0,9%, com relação ao segundo trimestre de 2013. Com queda nos investimentos, freio do consumo popular e retração do PIB, o Brasil enfrenta, quiçá, a crise terminal do “neodesenvolvimentismo”. As quedas de 1,5% e 0,5%, respectivamente, na indústria e nos serviços vêm ditando o recuo do PIB.<sup>4</sup> A indústria automotiva, por exemplo, pelo menos desde maio do ano passado vem forçando períodos de *layoff*. Juntas, as montadoras Mercedes-Benz, General Motors e Volkswagen suspenderam temporariamente os contratos de mais de 2 mil trabalhadores em menos de seis meses. Segundo declarações da vice-presidenta executiva da GM para a imprensa, o acordo com os trabalhadores serviria para “ajustar a produção à demanda” – que vem caindo em razão do endividamento crescente das famílias. Em agosto do ano passado, a Volkswagen concedeu férias coletivas para os trabalhadores da unidade de Taubaté e interrompeu a linha de montagem.<sup>5</sup>

Apenas as exportações de bens e serviços impulsionadas pelas vendas de produtos da indústria extrativa mineral (petróleo e carvão), da metalurgia e da agropecuária registraram aumento (1,9%) com relação ao segundo trimestre de 2013. Apesar disso, – e este é o dado mais preocupante – os investimentos em

---

<sup>4</sup>“Economia recua 0,6% no 2º trimestre, e o país entra em recessão técnica”, *Folha UOL*, 29 ago. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/08/1507743-pib-cai-06--no-2-trimestre-diz-ibge.shtml>. Acesso em 29 ago. 2014.

<sup>5</sup>“Sindicato aprova suspensão de contrato de cerca de 900 funcionários da GM”, *Folha UOL*, 29 ago. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/08/1506008-sindicato-aprova-suspensao-de-contrato-de-930-funcionarios-da-gm.shtml>. Acesso em 29 Ago 2014.

máquinas para a produção, em transporte, agropecuária, energia e construção civil, que indicam a capacidade de crescimento futuro por meio da capacidade produtiva e da infraestrutura, recuaram 5,3% na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2014.<sup>6</sup> O investimento público-estatal, que em 2010 representava 4,7% do PIB, passou para 4,4% em 2013, acusando queda. Nos últimos quatro anos, porém, a taxa de investimentos totais, público e privado, diminuiu de 19,2% para 16,5%<sup>7</sup>.

Diante desse quadro, não demorou para que o discurso da austeridade passasse a ser pronunciado pelo governo de Dilma Rousseff que, logo após a reeleição, em outubro de 2014, colocou em marcha medidas de redução do gasto público com os pagamentos de benefícios sociais, buscando economizar cerca de R\$ 18 bilhões ao ano, ou 0,3% do PIB, afetando diretamente os futuros beneficiários de auxílios como pensão por morte, auxílio-doença, abono salarial, seguro desemprego e seguro defeso.<sup>8</sup>

Embora o cínico discurso do ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, tentasse conter as evidências da crise, afirmando que os direitos seriam mantidos e que as mudanças serviam apenas para “corrigir distorções existentes nos programas”, depois de algumas semanas o Comitê de Política Econômica (COPOM), do Banco Central, anunciou aumento da taxa básica de juros (SELIC), de 11,75% para 12,25% ao ano, como medida de contenção da inflação e freio do consumo<sup>9</sup> –o que levou a Caixa Econômica Federal, maior financiadora habitacional do país, a elevar, imediatamente, as taxas de juros para o

---

<sup>6</sup>“Economia recua 0,6% no 2º trimestre, e o país entra em recessão técnica”, *Folha UOL*, 29 ago. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/08/1507743-pib-cai-06--no-2-trimestre-diz-ibge.shtml>. Acesso em 29 ago. 2014.

<sup>7</sup>“Investimento público empaca no país”. *Folha UOL*, 31 ago. 2014. <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/08/1508548-investimento-publico-empaca-no-pais.shtml>. Acesso em 31 out. 2014.

<sup>8</sup>“Governo muda benefícios como pensão por morte e seguro-desemprego”. *Folha UOL*, 29 dez. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/12/1568439-governo-muda-regra-de-pagamento-de-beneficios-como-seguro-desemprego.shtml>. Acesso em 02 jan. 2015.

<sup>9</sup>“Alta de juros terá impacto bilionário na dívida pública”. *BBC Brasil*, 19 jan. 2015. Disponível em: <http://www.msn.com/pt-br/dinheiro/economiaenegocios/alta-de-juros-ter%C3%A1-impacto-bilion%C3%A1rio-na-d%C3%ADvida-p%C3%BAblica/ar-AA8s21J?ocid=mailsignoutmd>. Acesso em 23 jan. 2015.

financiamento imobiliário, reduzindo a capacidade de atuação do Estado em um dos principais problemas sociais enfrentados pela população brasileira, o déficit habitacional.<sup>10</sup>

Com o reajuste de 0,5% da Selic, a dívida pública federal deverá sofrer uma elevação de cerca de R\$ 10 bilhões, aumentando o serviço da dívida, que hoje consome cerca de 44% do PIB que, por seu turno, tende a encolher, recaindo ainda mais sobre os investimentos estatais e no plano dos direitos sociais. Sem falar que a medida é um prato cheio para o capital financeiro que opera no Brasil, pois, como se sabe, a emissão de títulos da dívida funciona como um empréstimo pelo qual o capital é remunerado acrescido dos juros que, por seu turno, são calculados pela taxa básica de juros.

Atado visceralmente ao ajuste estrutural da economia brasileira às novas condições da reprodução capitalista contemporânea, o atual modelo de desenvolvimento econômico brasileiro só pode buscar “soluções” (temporárias) para suas “crises de recessão”, aceitando passivamente a máxima do *establishment*, segundo a qual há apenas uma macroeconomia e qualquer alternativa deve resultar da manipulação de variáveis microeconômicas.<sup>11</sup> Destarte, a austeridade fiscal e monetária e o conjunto de “prescrições corretivas” postos em marcha pela nova equipe econômica do governo Dilma, comandada por Joaquim Levy, longe de produzir qualquer efeito sustentável ou de longo prazo no crescimento econômico, tende a aprofundar o padrão de desenvolvimento servil da formação econômica brasileira.

Comovem afirmando Claudio Katz (2006) são, justamente, as contradições da “viragem neodesenvolvimentista” na América Latina que criam o espaço para contrapor alternativas à esquerda ao modelo atual de realização do capitalismo periférico. Além disso, poderíamos indagar Sader, como um modelo de sociedade capitalista pode acumular forças para a construção de uma sociedade justa, soberana e solidária - como quer o autor (Sader, 2008, 2009,

---

<sup>10</sup> “Caixa aumenta a partir desta segunda os juros para financiar a casa própria”. *Portal G1*. 19 jan. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/01/caixa-aumenta-partir-desta-segunda-os-juros-para-financiar-casa-propria.html>>. Acesso em 23 jan. 2015.

<sup>11</sup> respeito do argumento que sustenta a celebre expressão *There is no Alternative*, Ver Paulani, (2008, p.16).

2013) – se, ao contrário, aprofunda os nexos históricos da heteronomia, dos obstáculos estruturais que impedem a superação das desigualdades sociais crônicas das sociedades latino-americanas? A edificação de uma alternativa radical ao capital implica, pois, em superarmos a prevalência de um regime determinado pelas leis do lucro, construindo em seu lugar uma sociedade regulada pela e para a satisfação das necessidades sociais. E isto, vale dizer, desde Marx, tem muito pouco a ver com “fazer avançar a esfera pública”.

O argumento segundo o qual a “alternativa está à direita” e que “a ultraesquerda se isolou (...) aliando-se em muitas circunstâncias com a direita contra o governo” (ID., 2008, p.44; ID., 2009) não só coloca uma espécie de carapaça de aço em qualquer tentativa de defesa de um projeto político autônomo e dirigido para além da “esfera pública” (sempre!) burguesa, como se converte em propaganda oficial do neodesenvolvimentismo.

Nesse sentido, o pós-neoliberalismo não fracassa apenas perante a tarefa de elaborar teoricamente a transição para além da ordem; sob a caneta de Emir Sader, decaí, sem qualquer elegância, tornando-se um panfleto oficial da ordem; na melhor das hipóteses, uma ferramenta de marketing que corrobora a prorrogação da *débâcle* do neodesenvolvimentismo petista, que, como na relação mediada pela *wahlverwandtschaft*, funciona como a condição absolutamente necessária de sua existência.

## Referências bibliográficas.

- ANTUNES, R. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Globalización y competencia*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010
- \_\_\_\_\_. Proposta de desenvolvimento para o Brasil. In.: SICSÜ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (orgs). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social: Um projeto nacional de crescimento com equidade social*. São Paulo: Manole, 2005.
- DRUCK, G. (2013). A precarização social do trabalho no Brasil. In.: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

- FIRMIANO, F. *O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária*. Tese de doutorado. FCLar/UNESP. Araraquara: 2014.
- GENNARI, A. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. *Pesquisa & Debate*, v. 13, n. 1 (21), p. 30-45, 2001.
- KATZ, C. *¿Qué es el neo-desarrollismo?*, 16 jul. 2014, Disponível em: <http://katz.lahaine.org/>. Acesso em: 28 jul 2014.
- \_\_\_\_\_. *América Latina: Socialismo ou neo-desenvolvimentismo?*, 06 dez, 2006. Disponível em: [http://resistir.info/varios/socialismo\\_neodesarrollismo\\_p.html](http://resistir.info/varios/socialismo_neodesarrollismo_p.html). Acesso em 08 ago, 2014.
- LÖWY, M. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. *Plural*, v.17, n. 2. p. 129-142, 2011.
- MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Politicos*, n. 12, abr.-jun., 1977. Disponível em: [http://www.marini-escritos.unam.mx/052\\_acumulacion\\_subimperialismo.html](http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html). Acesso em 8 ago. 2014.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- OLIVEIRA, F.; RIZEK, C.. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista. O ornitorrco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In.: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- PAULANI, L. (2013). Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 77, p. 237-264, 2013. .
- \_\_\_\_\_. *Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PINASSI, M. O. El lulismo, los movimientos sociales en Brasil y el lugar social de la política. *Herramienta*, n 46, v. 15, mar. 2011. Disponível em: <http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-46/o-lulismo-os-movim-entos-sociais-no-brasil-e-o-lugar-social-da-politica>. Acesso em 8 ago. 2014.



- POCHMANN, M. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SADER, E. Não é a Copa, imbecil, são as eleições! *Blog da Boitempo*, 6 jun. 2014. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/05/nao-e-a-copa-imbecil-sao-as-eleicoes/>. Acesso em 10 ago. 2014.
- \_\_\_\_\_. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In.: SADER, Emir. (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013..
- \_\_\_\_\_. *Postneoliberalism in Latin America. Development Dialogue*. Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation, n. 51, p. 171-179, jan. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Posneoliberalismo en America Latina*. Buenos Aires: Instituto de estudios y formación CTA, 2008.
- \_\_\_\_\_. Os desafios do pós-neoliberalismo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 1 fev. 2003. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=820>. Acesso em 08 ago. 2014.
- SADER, E.; GENTILI, P. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SAMPAIO JR., P. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, p. 672-688, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SICSÜ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (orgs). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. São Paulo: Manole, 2005.
- SUNKEL, O. En busca del desarrollo perdido. In.: Vidal, G.; Guillén, Arturo (orgs.). *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- STIGLITZ, J. *Caída libre: el libre mercado y el hundimiento de la economía mundial*. Buenos Aires: Taurus, 2010.
- TAUTZ, C.; SISTON, F. *et al* O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: MAGALHÃES, J. P.; FILGUEIRAS, L. T *et al* (orgs.). *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito" capitalista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1999.